

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2027

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: AC000025/2026
DATA DE REGISTRO NO MTE: 13/05/2026
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR024095/2026
NÚMERO DO PROCESSO: 47979.262636/2026-05
DATA DO PROTOCOLO: 13/05/2026

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DA IND. DA CONSTRUCAO CIVIL DO ESTADO DO ACRE, CNPJ n. 14.317.135/0001-90, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CARLOS AFONSO CIPRIANO DOS SANTOS;

E

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL E ELETRICITARIOS NO ESTADO DO ACRE, CNPJ n. 00.342.957/0001-16, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE ADELMAR MOURA DE ASSIS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de abril de 2026 a 01º de março de 2027 e a data-base da categoria em 01º de abril.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de abril de 2026 a 28 de fevereiro de 2027 e a data-base da categoria em 01º de abril para o ano de 2026 e 1º de março a partir de 2027, com abrangência territorial em AC.**

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Descrição dos Cargos	Valor do Salário (R\$)
NÃO QUALIFICADO	1.800,00
SEMIQUALIFICADO	1.910,00
QUALIFICADO	2.620,00
PESSOAL ADMINISTRATIVO	1.926,00
PESSOAL DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.800,00
CONTRA-MESTRE	2.685,00
MESTRE	3.980,00
ALMOXARIFE E/OU APONTADOR	1.985,00
VIGIA	1.735,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO – REAJUSTE - Os trabalhadores que não estiverem na tabela acima terão reajuste de 6,29% (seis vírgula vinte nove por cento).

PARÁGRAFO SEGUNDO - TRABALHADORES QUALIFICADOS - Os trabalhadores que deverão ser considerados como qualificados serão: Pedreiro, Carpinteiro, Armador, Pintor, Soldador, Encanador, Gesseiro, Operador de Guincho ou Grua, Operador de Elevador de Obra e Eletricista Predial, sendo que a sua indicação será definida a critério da empresa após avaliação da produtividade e experiência. Os pintores de estruturas metálicas farão jus à insalubridade nos termos da Lei, cujo valor mínimo é 10% do salário base, soldadores também farão jus à insalubridade nos termos da Lei, cujo valor mínimo é 10% do salário base e os eletricitas predial farão jus ao de periculosidade nos termos da Lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO – TRABALHADORES NÃO QUALIFICADOS - Os trabalhadores que são considerados como não qualificados serão todos os serventes, serviços gerais e ajudantes.

PARÁGRAFO QUARTO – TRABALHADORES SEMI-QUALIFICADOS - Os trabalhadores semiquualificados serão os operários que desenvolvem tarefas pertinentes às funções do parágrafo 2º, mas que não atende aos critérios de produtividade e qualidade de um operário qualificado. Os trabalhadores que desenvolvem atividades de operação de betoneira, sapo e auxiliares de topografia deverão ser enquadrados, no mínimo, como semiquualificado. Ao operador de betoneira, será concedido um abono de R\$ 200,00 (duzentos reais).

PARÁGRAFO QUINTO – PESSOAL DE APOIO ADMINISTRATIVO – Será considerado como pessoal de apoio administrativo: Atendente, recepcionista, auxiliar administrativo, porteiro, auxiliar de limpeza, digitador, motorista de veículos de passeio, motorista de veículos de carga urbanos que atendem às obras, motoboy bem como as demais funções que auxiliem no funcionamento da administração das empresas da construção civil e que não previstas por esta Convenção.

PARÁGRAFO SEXTO – PESSOAL ADMINISTRATIVO – Será considerado como pessoal administrativo: Assistente administrativo, secretária, assistente de compras, assistente financeiro e assistente de recursos humanos bem como as demais com cargos com nomenclatura similares, mas que desempenham as mesmas funções e que não previstas por esta Convenção.

PARÁGRAFO SÉTIMO – PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PISO SALARIAL – Os Pisos Salariais estabelecidos no caput desta irá vigorar pelo período de 01 de abril de 2026 a 28 de fevereiro de 2027.

PARÁGRAFO OITAVO – REGRA EXCLUSIVA DE REAJUSTE – Fica estabelecido que, na hipótese de majoração do valor do salário-mínimo nacional durante a vigência desta Convenção, os salários dos trabalhadores enquadrados nas funções de não qualificados, vigias e pessoal de apoio administrativo serão automaticamente reajustados para garantir uma diferença fixa de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) acima do novo valor federal, obedecendo à fórmula: Novo Salário = Salário-Mínimo Nacional + R\$ 85,00. Esta regra possui caráter excepcional e temporário, aplicando-se exclusivamente durante a vigência desta CCT e apenas aos colaboradores que percebem o valor exato do Piso Salarial aqui estabelecido. Portanto, não gera direito a reajuste automático para trabalhadores que já percebam salários superiores ao piso, nem servirá de base ou precedente para futuras Convenções Coletivas.

CLÁUSULA QUARTA - FORMAS DE PAGAMENTO

As empresas que praticam a forma de pagamento mensal efetuarão o pagamento até o 5º dia útil bancário do mês subsequente ao trabalhado. Entende-se que sábado, domingo e feriados, mesmo que feriados locais que impactem o atendimento presencial de agências bancárias, não são considerados dias úteis.

PARAGRAFO PRIMEIRO – DO ATRASO DE PAGAMENTO – Quando ocorrer atraso de pagamento, os empregadores comunicarão ao **STICCEEA**, para que seja evitado conflito com os empregados, os quais, em conjunto com o **STICCEEA**, firmarão a data do pagamento em atraso com o acompanhamento dele.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas que efetuarem adiantamento quinzenal de 30% (trinta por cento) a 40% (quarenta por cento) sobre o salário base, a pedido do empregado, deverão efetuar tal adiantamento até o 15º dia do mês.

PARÁGRAFO TERCEIRO - PAGAMENTO RESCISÓRIO - As empresas deverão efetuar os pagamentos das verbas rescisórias com a assistência do STICCEEA, para qualquer forma de contrato a partir de 24 (vinte e quatro) meses do empregado na empresa.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o trabalhador não compareça a sua devida Homologação no STICCEEA, a empresa se responsabilizará em efetivar a rescisão conforme o rigor da lei pertinente.

PARÁGRAFO QUINTO - OS PRAZOS PARA PAGAMENTO DAS RESCISÕES SEMPRE OCORRERÃO CONFORME A CLT.

PARÁGRAFO SEXTO - Se o dia do vencimento recair em SÁBADO, DOMINGO OU FERIADO, o termo final será no próximo dia útil. (Inst. Normativa N° 04 DE 29/11/2002, ART. 11, I-II. Nas homologações, deverão ser cumpridos tanto os prazos de pagamento, quanto o da homologação). Em caso de pagamento antecipado e posterior homologação, será observado o prazo legal. (Fora dos prazos estabelecidos, será ressalvada multa p/atraso ART 477 DA CLT).

PARÁGRAFO SÉTIMO – no ato da Homologação de rescisão de contrato de trabalho as empresas obrigatoriamente deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho - 03 (três) vias;
- b) CTPS – Atualizada com Dissídios, Leis e demais anotações;
- c) Ficha de Registro ou Livro de Empregados, devidamente atualizado, conforme CTPS;
- d) PAGAMENTO – o pagamento somente poderá ser mediante CHEQUE NOMINAL ao funcionário, ou depósito/transferência bancária na conta do empregado; Caso o pagamento tenha sido realizado com CHEQUE NOMINAL e ele fora recusado pelo banco por falta de saldo, o EMPREGADOR se constitui em MORA com o EMPREGADO.
- e) No caso de pessoa ANALFABETA o pagamento de rescisão de contrato de trabalho só deverá através de transferência bancária para a conta do EMPREGADO que está sendo demitido e quando MENOR DE IDADE o valor a ser pago, poderá ser pago em qualquer modalidade, desde que acompanhado de responsável;
- f) Carta de Preposto; na qual haja referência à rescisão a ser homologada;
- g) Extrato Analítico atualizado do FGTS e cópia das Guias de recolhimento dos meses que não constem no extrato; (mesmo em caso de Pedido de Demissão);
- h) GRRF (Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS + Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento FGTS Rescisório. em 03 (três) vias, devidamente quitadas;
- i) Guia e comprovante de pagamento da multa sobre o FGTS + Demonstrativo do Trabalhador em 02 (duas) vias;
- j) Requerimento de Seguro Desemprego/Comunicação de Dispensa corretamente preenchido (assinado/carimbado);
- k) Chave de Identificação do FGTS (2 vias);
- l) Recibos de pagamento do mês anterior a rescisão;
- m) Exame Demissional é obrigatório (Portaria 3214/78 – NR 7) em 02(duas) vias;
- n) Alvará judicial ou comprovante de beneficiário do INSS, quando p/falecimento;
- o) Documento que comprove a alta do INSS (quando for o caso);
- p) Cópia da decisão Judicial referente a pensão alimentícia (se houver).

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - CONVÊNIOS COM DESCONTO EM FOLHA

Fica permitido às empresas a possibilidade de firmar convênios com fornecedores de materiais e insumos de necessidades básicas como, por exemplo, em supermercados, farmácias e outros, franqueando compras aos trabalhadores limitando ao valor máximo de 30% do salário, para posterior desconto em folha de pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para participar do franqueamento de compras, a empresa e o trabalhador deverão, primeiramente, firmar compromisso, de tal maneira que o trabalhador autorize o desconto de suas futuras compras em seu pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em se comprovando a má utilização do benefício do franqueamento de compras de forma que o trabalhador realize compras acima do limite estabelecido, este fato poderá a critério da empresa implicar em advertência para o trabalhador nos termos da lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em situação que comprovada por receituário médico em nome do funcionário ou de seu dependente legal, a empresa custeará ou fornecerá via convênio a compra deste(s) medicamento(s) ou outros produtos relacionados ao tratamento de saúde, a título de adiantamento de salário, limitado ao seu limite de comprometimento financeiro junto à empresa estabelecido no Caput da cláusula vigésima nona.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA - ALIMENTAÇÃO

As pessoas jurídicas e físicas que atuam no Estado do Acre concederão aos seus empregados ligados às atividades de construção civil uma refeição subsidiada por cada turno de trabalho, conforme a legislação do PAT, sem prejuízo financeiro ao trabalhador.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será de responsabilidade da empresa titular o fornecimento ou a cobrança, junto as empresas terceirizadas, que elas forneçam o benefício do café da manhã e almoço aos seus funcionários.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A empresa que desejar substituir o café da manhã e o almoço por auxílio alimentação, deverá pagar, conforme legislação vigente, o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) correspondente aos cafés da manhã mensais e R\$ 484,00 (quatrocentos e oitenta e quatro reais) correspondente aos almoços mensais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica facultado às empresas que desejarem praticar horário diferenciado para fornecimento de alimentação, a celebração de acordo com seus empregados.

PARAGRAFO QUARTO - Os trabalhadores que ficarem alojados receberão café-da-manhã, almoço e jantar.

PARÁGRAFO QUINTO - Os vigias noturnos, que estiverem de plantão, também terão direito a refeição. Em caso de a empresa não fornecer as refeições, deverá repassar a título de auxílio alimentação, conforme legislação vigente, o valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) subsidiada pela empresa.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA SÉTIMA - VALE TRANSPORTE

Fica facultado ao trabalhador, solicitar ou não das empresas o Vale Transporte de acordo com a Lei nº 7418/85. A empresa deverá acatar a solicitação do Trabalhador e fornecer o Vale Transporte para o trabalhador.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica estabelecido o limite de 4% (quatro por cento) como desconto salarial referente ao vale transporte do trabalhador que tenha remuneração base igual ou inferior a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os demais trabalhadores com remuneração acima de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) terão o desconto conforme a legislação vigente.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA OITAVA - AUXÍLIO POR MORTE OU INVALIDEZ



No caso de falecimento do empregado, a empresa pagará ao seu beneficiário legal, 01 (um) salário normativo a título de auxílio funeral e 02 (dois) salários normativos em caso de invalidez permanente causada por acidente do trabalho, juntamente com o saldo de salários. A empresa Poderá substituir o auxílio funeral pelo pagamento das despesas funerárias. Fica excluída do dispositivo deste Parágrafo, aquela empresa que, com a participação do empregado e por sua conta, assumia valor segurado igual ou superior aos valores acima estipulados.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA NONA - ASSISTENCIA JURIDICA

As empresas darão assistência jurídica aos seus empregados que, em defesa do patrimônio dela, cometeram atos que os levem a responder a inquérito ou ação judicial. A referida assistência será patrocinada pela empresa.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA - EXAME MÉDICO DEMISSSIONAL

O prazo de dispensa da realização do exame médico demissional será de 180 (cento e oitenta) dias, em conformidade com a Portaria Nº 08/96, da SSST/MTb.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADMISSÃO DE TRABALHADORES SOMENTE COM A ASSINATURA DA CARTEIRA DE TRABALHO

As empresas não permitirão que os trabalhadores desenvolvam suas atividades no canteiro de obras sem o devido registro na carteira de trabalho, conforme estabelece o Art. 29º da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TERCEIRIZAÇÕES DE MÃO DE OBRA

As empresas que atuam com a atividade de cessão de mão de obra, terceirização ou subempreitada, deverão se submeter as mesmas regras estabelecidas neste Acordo Coletivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As empregadoras que contratarem empresas de cessão de mão de obra, terceirização ou subempreitada, deverão cobrar o cumprimento das regras estabelecidas neste acordo, sob pena de responder solidariamente às penalidades aqui estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ESTÁGIO/APRENDIZAGEM

As empresas diligenciarão para compatibilizar o horário de estudo do estagiário com a sua jornada de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Por ocasião do vestibular ou concurso público, as empresas se comprometem em liberar os empregados vestibulandos/concursseiros para comparecerem às provas, sem prejuízo de seus salários.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os empregados que estiverem fazendo aulas práticas para obtenção de CNH, e que estiverem contratados por pelo menos 12 meses, deverão ter as horas que forem destinadas às referidas aulas mesmo em

horários comerciais abonadas pelas empresas, desde que elas sejam no início ou no final do expediente e que o trabalhador apresente um comprovante, limitado este benefício a um trabalhador por obra.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONTRATAÇÃO DE MAO-DE-OBRA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No ato da admissão de qualquer trabalhador, as empresas deverão solicitar do candidato ao cargo, Declaração de Controle Sindical, expedida pelo STICCEEA, para comprovar a situação do trabalhador junto ao STICCEEA. Essa regra abrange também as contratações de empresas terceirizadas, devendo a empresa contratante cobrar da empresa contratada o cumprimento deste parágrafo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso de contratação de mão de obra no interior do Estado, de qualquer empresa, elas encaminharão para o Sindicato da categoria profissional, através do e-mail sticcea.ac@gmail.com e sinduscon@sindusconac.org.br / acre.sinduscon@gmail.com, relação contendo: nome da empresa contratante devidamente identificada com número do CNPJ, endereço, telefone para contato e nome do responsável e a relação de nomes e função dos operários contratados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As exigências estabelecidas nesta Cláusula servirão tão somente para ambos os Sindicatos das categorias, SINDUSCON e STICCEEA, terem a informação da quantidade de mão de obra devidamente contratada.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DESLOCAMENTO TEMPORÁRIO

A empresa poderá efetuar o deslocamento de seus empregados entre obras, frentes de trabalho e escritórios, em toda a área de abrangência territorial, ou seja, todo o Estado do Acre, bem como de outros estados onde a empresa possa vir a executar serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO - O deslocamento tratado no caput desta cláusula, não consiste em transferência de domicílio, portanto, os empregados não farão jus ao adicional de 25% (vinte e cinco por cento), porém, todas as despesas com transportes, estadias e alimentação, correrão por conta da empresa.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DESCONTOS DE DANOS CAUSADOS PELOS EMPREGADOS

Além dos descontos previstos em lei ou nesta Convenção, as empresas poderão descontar dos salários dos empregados as importâncias correspondentes a danos causados ao patrimônio do empregador, equipamentos e ferramentas de trabalho. Tais descontos são lícitos em caso de dolo (intenção) ou, na ocorrência de culpa (imprudência, imperícia ou negligência), desde que haja previsão contratual ou autorização específica, nos termos do § 1º do Art. 462 da CLT.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para a efetivação do desconto em caso de culpa, a empresa deverá realizar a apuração do dano e colher a assinatura do empregado em termo específico, assegurando-lhe o direito de verificar a avaliação do prejuízo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EMPREGADOS EM VIA DE APOSENTADORIA



As empresas concederão estabilidade provisória aos empregados que necessitem de até 12(doze) meses, para aquisição de aposentadoria por tempo de serviço, nos termos da Lei Nº 8.213/91, art.52, desde que devidamente comprovado e tenham, pelo menos, 05 (cinco) anos contínuos de trabalho na empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para que o trabalhador adquira o direito previsto no caput desta cláusula, o mesmo deverá apresentar à empresa, a documentação do pleito da aposentadoria junto ao INSS.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As horas-extras efetivamente trabalhadas, não poderão ser pagas a título de prêmio, gratificação ou abono.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As empresas poderão usar o artifício da nova legislação trabalhista, referente a flexibilização de horários, desde que combinado com os seus funcionários e homologado pelo STICCEEA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A Jornada de trabalho dos vigias e demais trabalhadores que se fizerem necessários, poderão seguir o regime de 12 horas trabalhadas (noturnas e/ou diurnas) sucedido de 36 horas de descanso, conforme legislação vigente, limitada a 44 horas semanais.

PARÁGRAFO QUARTO – No caso de trabalho noturno, o adicional noturno obedecerá ao que está estabelecido na CLT

PARÁGRAFO QUINTO – As empresas que adotarem jornada de trabalho que exceda as 4 (quatro) horas contínuas de trabalho, deverão conceder 15 (quinze) minutos de intervalo, sem acréscimo de tempo na jornada que exceder as 4 (quatro) horas.

FÉRIAS E LICENÇAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FERIADOS

FERIADOS - Os feriados válidos durante período de 1º de abril de 2026 a 28 de fevereiro de 2027 serão os seguintes dias: 03 de abril (Paixão de Cristo), 21 de abril (Tiradentes), 1º de maio (dia mundial do Trabalho), 04 de junho (Corpus Christi), 15 de junho (Aniversário do Estado do Acre – conforme parágrafo quinto), 15 de agosto (Dia Nacional da Construção Social), 07 de setembro (Independência do Brasil), 12 outubro (Dia de Nossa Senhora Aparecida), 02 de novembro (Finados), 15 de novembro (Dia da Proclamação da República), 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), 24 de dezembro (véspera de Natal), 25 de dezembro (Natal), 01 de janeiro (Confraternização Universal) e 09 de fevereiro (Carnaval).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica estabelecido que dia 24 de dezembro é feriado para os trabalhadores abrangidos por estes sindicatos, podendo, em comum acordo, trabalhadores e empresas realizarem atividades de comemoração, integração social, bem como outras atividades sociais e beneficentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As empresas poderão, em concordância com seus trabalhadores, fazer a permuta de feriados.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica estabelecido que o dia do aniversário de cada Município abrangido por este STICCEEA será considerado feriado obrigatório para os trabalhadores do referido município.

PARÁGRAFO QUARTO – As empresas que se utilizarem da jornada de Trabalho de 9 (nove) horas diárias de segunda-feira à quinta-quinta e 8 (oito) horas diária na sexta-feira para compensar a jornada de trabalho de Sábado, e

dessa forma liberar seus funcionários aos sábados, deverão pagar 4 (quatro) horas-extras a 100% (cem por cento) a cada feriado que coincidir com o dia de Sábado que está sendo substituído pelas 4 (quatro) horas a mais de segunda-feira a quinta-feira.

PARÁGRAFO QUINTO – DA PERMUTA DO ANIVERSÁRIO DO ESTADO: Fica pactuado que o feriado do dia 15 de junho (Aniversário do Estado do Acre) terá seu gozo obrigatoriamente transferido para o dia 31 de dezembro (véspera de Ano Novo).

I – Em decorrência desta transferência, o dia 15 de junho será considerado dia normal de trabalho, não sendo devido o pagamento de horas extras ou adicionais pela laboração neste dia.

II – Em contrapartida, o dia 31 de dezembro será considerado dia de folga remunerada (feriado permutado), independentemente do dia da semana em que recaia, visando proporcionar ao trabalhador um período de descanso prolongado nas festividades de final de ano.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - LICENÇA POR FALECIMENTO DE PARENTE

Os empregadores concederão aos seus empregados 02 (dois) dia de folga, quando houver falecimento de parente na forma do Art. 473, Parágrafo 1º da CLT.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE UNIFORMES, EPIS E EPC.

Os empregadores serão obrigados a fornecer, gratuitamente, EPIs, EPC, vestimentas e ferramentas de trabalho em boas condições de uso a todos os seus empregados, assim como o trabalhador tem a obrigação de manter em local adequado para guarda, ficando as mesmas sob a responsabilidade de devolução pelo empregado, mediante cautela ou recibo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As ferramentas, vestimentas de trabalho e EPIs serão fornecidas ao empregado, não podendo ser descontados qualquer valor pelo empregador salvo em caso de dolo, mau uso e perda devidamente comprovada. Nesses casos, o ressarcimento será baseado no valor de mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As ferramentas e EPIs deverão ser devolvidas quando houver o afastamento ou rescisão contratual do trabalhador.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os equipamentos de proteção individual deverão ser adaptados com as necessidades do usuário em caso de eventual deficiência física.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

A abonação de faltas fica condicionada à apresentação de atestado médico ou odontológico validado pelas plataformas oficiais (Atesta CFM ou CFO ID), contendo obrigatoriamente: data, horário e local de atendimento, assinatura digital e o CID (mediante autorização do paciente), observada a ordem de preferência da Lei nº 605/49.

OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - NÃO USO DE APARELHO CELULAR NOS CANTEIROS DE OBRAS



Com o objetivo de diminuir os riscos de acidentes nos canteiros de obras, fica proibido o uso de telefone celular, smartphone, tablet e dispositivos similares durante o horário de trabalho nos canteiros. O uso dos aparelhos será permitido apenas no intervalo do almoço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica permitido ao trabalhador fornecer o número do telefone do escritório da empresa no canteiro de obras para eventuais ligações de emergências para seus parentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O não cumprimento da orientação acarretará advertência. Em caso de reincidência, os trabalhadores receberão as devidas punições, vigentes na legislação trabalhista.

RELAÇÕES SINDICAIS

SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ELEIÇÕES, TRABALHADOR ELEITO E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO STICCEEA

PARAGRAFO PRIMEIRO – ELEIÇÕES - Quando houver qualquer tipo de eleição da categoria, as empresas liberarão os trabalhadores exclusivamente para votarem, sendo que a paralisação para a votação no canteiro de obra será somente enquanto se coleta os votos dos trabalhadores.

PARAGRAFO SEGUNDO - TRABALHADOR ELEITO - A empresa dispensará, no máximo, 02 (dois) dias mensais, seu empregado eleito para cargo de diretoria, sem prejuízo do seu salário. Nos casos de existência de mais de um diretor na mesma empresa, somente um será liberado, ficando limitado ao número de 02 (dois) dias no mês, desde que seja solicitado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. Entende-se por cargo de direção, os de Presidente e Tesoureiro.

PARAGRÁFO PRIMEIRO - O horário de atendimento e homologação de rescisão de contrato de trabalho, será das 07h às 12h de segunda-feira a sexta-feira.

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ACESSO DOS DIRETORES DO STICCEEA E QUADRO DE AVISOS

As empresas providenciarão, no canteiro de obra, um quadro medindo 1,00 x 0,80, espaço este destinado ao uso do STICCEEA, em local aberto e de fácil acesso (refeitório) que permitirá ao STICCEEA pregar cartazes contendo informes da categoria e outros assuntos relacionados ao sindicato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas assegurarão acesso aos dirigentes do STICCEEA devidamente identificados, em suas dependências, para desempenhar suas funções, fiscalizações nos horários comerciais. O STICCEEA comunicará previamente, qualquer empresa, com o mínimo de 48 horas de antecedência, informando a necessidade da realização de reunião com os trabalhadores na obra da referida empresa comunicada. Devendo ser realizada em local seguro, dentro do canteiro de obras.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica estabelecido mediante este acordo coletivo, que todas as empresas abrangidas por este acordo, deverão permitir pelo menos uma reunião anual em cada canteiro de obras, com horário máximo de duração de 1 (uma) hora, que deverá ocorrer em horário comercial e que deverá estar abrangida pela jornada de trabalho do trabalhador. Podendo ser realizada somente nos horários finais das jornadas diárias (final da jornada da manhã ou final da jornada da tarde).

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ACESSO A INFORMAÇÃO DE TRABALHADORES NAS EMPRESAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas, quando solicitada pelo STICCEEA, deverão apresentar as seguintes informações: relação de quantos funcionários tem na empresa, nome completo, função, cópia do

TRCT dos funcionários que foram demitidos em até 01 (um) ano da data da solicitação, desde que respeitados os limites estabelecidos pela Lei Gerais de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018. As solicitações do STICCEEA deverão se limitar em no máximo 04 (quatro) solicitações por ano para cada empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando uma empresa sediada em outra cidade executar obras na base territorial destes sindicatos e quando a duração da referida obra for superior a 30 (trinta) dias, a empresa deverá se dirigir ao sindicato local para informar a realização da obra. Tais informações também serão cobradas de empresas que já exercem atividades no Estado do Acre, na área da Indústria de Construção Civil.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O STICCEEA poderá a qualquer momento, solicitar das empresas, relação de todos os colaboradores que contribuam com o STICCEEA, bem como uma cópia da Declaração de Controle Sindical de cada colaborador, declaração essa exigida conforme a CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA desta CCT.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL/ASSISTENCIAL

Em reunião de Assembleia Geral realizada pelo STICCEEA no dia 22 de outubro de 2025, os trabalhadores da construção civil acordaram que fica autorizado o desconto mensal e automático de 1,5% (um e meio por cento) do salário-base de cada empregado abrangido pelo STICCEEA em folha de pagamento, que deverá ser repassado pela empresa ao STICCEEA mensalmente. Ficou também estabelecido o limite máximo de R\$ 60,00 (sessenta reais) para o referido desconto. Esse desconto é à título de Taxa Assistencial/Negocial ao STICCEEA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Todas as empresas que realizam serviços abrangidos por esta convenção deverão proceder com o Desconto da Taxa Assistencial/Negocial, mesmo dos funcionários que se encontram no quadro permanente da empresa, a partir da vigência desta convenção.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Conforme decisão soberana da Assembleia Geral realizada pelo STICCEEA, fica instituída uma contribuição extra e excepcional no percentual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o salário-base, a ser descontada exclusivamente na folha de pagamento do mês de novembro de 2026, para o custeio de despesas da entidade sindical.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Assegura-se aos empregados o direito de oposição ao desconto da referida contribuição desde que o faça por ato de livre consciência, após a concretização do presente acordo, com ampla divulgação à categoria, mediante qualquer forma de manifestação, desde que no horário de expediente normal, de segunda-feira a sexta-feira, das 7h30 às 12h. O sindicato fica responsável para encaminhar para a empresa, na qual labora o trabalhador, o cancelamento do referido desconto. Esse envio poderá ocorrer via e-mail, WhatsApp ou impresso, desde que enviado pelo Presidente do STICCEEA ou seus prepostos.

PARÁGRAFO QUARTO – Os descontos serão destinados a custear as despesas do sindicato laboral, em razão do benefício de que todos os trabalhadores da classe receberão em seus salários com base na tabela estabelecida nesta convenção coletiva com a intervenção da entidade sindical.

PARÁGRAFO QUINTO – Para os trabalhadores que estão com seus contratos de trabalho ativos, descontos acontecerão a partir da vigência desta convenção, de 1º de abril de 2026 a 28 de fevereiro de 2027.

PARÁGRAFO SEXTO – Para os trabalhadores que serão contratados na vigência desta convenção, os descontos terão início a partir do pagamento do primeiro mês trabalhado, logo após a admissão e terá seu término com a rescisão do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A contribuição de que trata o caput desta cláusula, deverá ser repassada ao STICCEEA até o 10º dia de cada mês através das contas bancárias de sua titularidade a seguir:

Banco do Brasil S/A, Agência 3022-8, conta corrente 105.447-3

Caixa Econômica Federal - CEF – Agência 0534, Conta Corrente 296-6.



PARÁGRAFO OITAVO – As empresas relacionarão e encaminharão para o STICCEEA via e-mail ou de outra forma até o 15º dia do mês subsequente ao mês trabalhado os valores depositados por funcionário, bem como o(s) comprovante(s) de depósito(s).

PARÁGRAFO NONO – Em caso de solicitação de devolução de valor descontado em folha, fica o STICCEEA responsável tanto pela negociação como pelo pagamento da devolução para o referido trabalhador que realizar tal solicitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Decorrido vários descontos mensais em folha sem a manifestação do trabalhador, ele não terá direito a devolução de taxas descontadas anteriores ao mês da reclamação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Fica vedada às empresas, sob pena de configurar prática antissindical a realização de quaisquer manifestações, atos, campanhas ou condutas similares no sentido de incentivar ou instigar os trabalhadores não filiados, não contribuintes ou até mesmo filiados e contribuintes ao Sindicato a apresentarem o seu direito de oposição por escrito.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O desconto instituído no caput desta cláusula abrange todos os trabalhadores da construção civil que laboram no estado do Acre.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ATIVIDADES CONJUNTAS

No intuito de reduzir o índice de acidente de trabalho, empresa e sindicato, mediante comum acordo, estabelecerão programação para palestra técnica sobre medicina de trabalho, higiene e segurança, além de projetos na área de esporte e lazer.

DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PENA POR DESCUMPRIMENTO

Será aplicada multa no valor de 02 (dois) salários de um trabalhador qualificado, calculadas mensalmente enquanto perdurar o descumprimento, à parte que descumprir quaisquer das cláusulas do presente Acordo, em favor da outra parte. Neste caso as empresas pagarão para o STICCEEA ou vice-versa e em caso de reincidência, o valor da multa será em dobro.

PARÁGRAFO UNICO – Para o fortalecimento do efeito jurídico de qualquer acordo firmado entre a empresa e o trabalhador recomenda-se que ele seja avalizado pelo STICCEEA.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - COMPROMISSO DAS PARTES

As partes se comprometem em reunir-se, por convocação de qualquer uma delas, para tratarem de assuntos que julgarem oportunos desde que estejam relacionados à indústria da construção civil. Nesse caso, a parte que estiver convocando encaminhará pauta no prazo de 03 (três) dias.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente instrumento em quantas vias forem necessárias, sendo uma destinada à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Acre, para o competente arquivamento.

Rio Branco/Ac, 26 de março de 2026.



}

CARLOS AFONSO CIPRIANO DOS SANTOS
PRESIDENTE
SINDICATO DA IND. DA CONSTRUCAO CIVIL DO ESTADO DO ACRE

JOSE ADELMAR MOURA DE ASSIS
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL E ELETRICITARIOS NO ESTADO DO
ACRE

ANEXOS

ANEXO I - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - LISTA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



